

## MOVIMENTOS SOCIAIS, PROTAGONISMO DE MULHERES E A LUTA CONTRA A FOME NA PANDEMIA DE COVID-19

Camila Daltro Ferreira<sup>1</sup>  
Alline Jesus Pimentel<sup>2</sup>  
Luíre Leão Campelo Brito Alves<sup>3</sup>  
Cecilia M. B. Sardenberg<sup>4</sup>

### RESUMO

Este trabalho trata dos ativismos em torno das lutas por transferência de renda e de combate à fome na pandemia da Covid-19 no Brasil, entre 2020 e 2021. Investigamos as estratégias utilizadas por ativistas para a conquista da renda emergencial e para o funcionamento de brigadas de solidariedade de combate à fome. Analisamos a ação dos movimentos sociais, em especial na campanha “Renda Básica que Queremos”. Para nossa análise, realizamos entrevistas e examinamos documentos dos movimentos sociais e de institutos de pesquisa governamental. A nossa hipótese é que o contexto político autoritário do governo Bolsonaro, assim como a profunda crise econômica e social do país, impulsionou movimentos sociais de origens e tradições diversificadas a se unirem em torno do combate à profunda injustiça social no Brasil. Como resultado, observamos que as lutas por transferência de renda e combate à fome na pandemia da Covid-19 no Brasil articularam um afrontamento significativo ao autoritário governo Bolsonaro. **Palavras-chave:** Pandemia. Transferência de renda. Auxílio emergencial. Movimentos sociais de mulheres. Feminismo.

### ABSTRACT

This work deals with the activism around the struggles for cash transfer and the fight against hunger during the Covid-19 pandemic in Brazil, between 2020 and 2021. We investigated the strategies used by activists to obtain emergency income and to operate solidarity brigades to fight hunger. We analyzed the actions of social movements, especially in the "Basic Income We Want" campaign. For our analysis, we conducted interviews and examined documents from social movements and government research institutes. Our hypothesis is that the authoritarian political context of the Bolsonaro government, as well as the country's deep economic and social crisis,

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA). Psicóloga (CRP-03/23375) pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Pesquisadora bolsista do Programa Internacional de Pesquisas "Countering Backlash Against Women's Rights and Gender Equality" do Institute of Development Studies (IDS/University of Sussex) no Brasil..

<sup>2</sup> Mestranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA), Licenciada em História pela Universidade Federal da Bahia tem experiência na área de História do Brasil República, História política da Bahia no início do século XX e História dos partidos políticos e movimentos de esquerda na Bahia; tem experiência também na área de Educação, com ênfase nas Condições de Trabalho e Formação de professores da rede básica de ensino na região Nordeste.

<sup>3</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA). Possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal da Bahia(2019). Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Estudos Culturais. Pesquisadora bolsista do Programa Internacional de Pesquisas "Countering Backlash Against Women's Rights and Gender Equality" do Institute of Development Studies (IDS/University of Sussex) no Brasil.

<sup>4</sup> Professora Titular de Antropologia credenciada como Professora Permanente de Teoria Feminista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos - PPGNEIM, da Universidade Federal da Bahia- UFBA. Obteve o Bacharelado em Antropologia Cultural na Illinois State University (1977), Mestrado em Antropologia Social na Boston University (1981), PhD em Antropologia Social, Boston University (1997) e Estágio Pós-Doutoral como Visiting Fellow no Institute of Development Studies (IDS), University of Sussex, Inglaterra (2003; 2005; 2013). Co-coordenadora na Bahia do Projeto "Countering the Backlash Against Women's Rights and Gender Equality", desenvolvido pelo Institute of Development Studies (IDS).



has driven social movements of multiple origins and traditions to unite around the fight against deep social injustice in Brazil. As a result, we observed that the struggles for cash transfer and the fight against hunger in the Covid-19 pandemic in Brazil articulated a significant confrontation with the authoritarian Bolsonaro government.

**Keywords:** Pandemic. Cash transfer. Emergency aid. Women's social movements. Feminism.

## Introdução

Há uma ampla concordância entre a intelectualidade e o ativismo progressistas de que a “crise” da Covid-19 colocou em evidência os limites do sistema capitalista mundial (Butler 2020; Gambina, 2020; Guillén, 2020), dominado por empresas multinacionais e pelo capital financeiro, defendendo políticas ultraneoliberais de austeridade. A crise demonstrou a necessidade não apenas de políticas que combatam a desigualdade social e promovam investimentos e avanços na saúde pública, mas, sobretudo, de um modelo de sociedade que dê “maior importância aos seres humanos” (Pleyers, 2020).

No Brasil, a pandemia da Covid-19 gerou uma série de implicações sanitárias e sociais, deixando ainda mais evidente as clivagens presentes entre os diversos segmentos da população brasileira. Se no início havia uma ampla discussão de que o vírus seria “democrático” e atingiria igualmente pobres e ricos, negros e brancos, logo tal discurso tornou-se falacioso e obsoleto ao ficar evidente, através dos dados, reportagens, entre outros, que as populações mais atingidas eram justamente as mais vulnerabilizadas. Importante lembrar que tal vulnerabilidade foi sendo acentuada velozmente desde o Golpe de 2016, no qual uma série de políticas de desmonte foram implementadas, como as reformas trabalhistas e da previdência, além da Emenda do Teto de Gastos (Emenda Constitucional 95, promulgada em 15 de dezembro de 2016), que congelou os investimentos de setores como saúde e educação durante vinte anos.

O governo Bolsonaro (2019-2022), por sua vez, acelerou os processos de desmonte, precarização e retirada de direitos, além de efetuar uma escalada autoritária com forte conteúdo moral conservador. O ex-presidente elegeu-se fazendo declarações racistas, LGBTfóbica, misóginas, além de criminalizar abertamente os partidos de esquerda e os movimentos sociais<sup>5</sup>. Havia, portanto, um tensionamento constante e histórico do ex-presidente da República com diversos setores populares organizados e marginalizados. Nesse sentido, o confronto político foi cada vez mais agudizado, levando às ruas os setores progressistas que defendiam o distanciamento social.

---

<sup>5</sup> Após a conclusão do primeiro turno das eleições de 2018, durante a fase de campanha do segundo turno, o então candidato Jair Bolsonaro manifestou sua intenção de “botar um ponto final em todos os ativismos no Brasil. Esse movimento provocou a reação de organizações não-governamentais, coletivos e movimentos sociais nacionais e internacionais em repúdio a declaração do candidato à presidência à época (CONNECTA, 2018).

Os confrontos promovidos pelo governo do Presidente Bolsonaro não se circunscrevem apenas às relações com os movimentos sociais e com os partidos progressistas. A atuação do governo durante a pandemia e seus ensaios golpistas apareceram como fatores de constante tensionamento entre os próprios atores institucionais, jurídicos e midiáticos (Gragnani, 2020) que compõem, com base na teorização gramsciana, o chamado bloco histórico. A participação do ex-presidente em atos antidemocráticos que pediam o fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF), a mobilização em prol do voto impresso, os constantes ataques às mídias tradicionais, além da atuação desastrosa no combate à pandemia do coronavírus (Gullino, 2021; Turollo, 2021) geraram uma contraofensiva por parcela desses setores que não viam mais a figura de Bolsonaro como uma expressão adequada à manutenção de hegemonia por meio da coesão social<sup>6</sup>.

Nesse sentido, Jair Bolsonaro foi alvo tanto da Comissão de Inquérito Parlamentar (CPI) do Senado, que investigava ações e omissões do governo durante a pandemia<sup>7</sup>, como também do chamado Inquérito das *Fake News*<sup>8</sup>, após ser incluído como investigado por determinação do ministro do STF Alexandre de Moraes, além das constantes críticas veiculadas por parte de grandes conglomerados de imprensa<sup>9</sup>. Toda essa movimentação

---

<sup>6</sup> De acordo com Gramsci (2007), o exercício da hegemonia pelo bloco histórico normalmente é exercido pela combinação da força aliada ao consenso. Nas situações caracterizadas por crises de autoridade ou de representação, há a dissolução do equilíbrio entre força e consenso, onde o primeiro passa a se sobrepor ao segundo.

<sup>7</sup> A Comissão de Inquérito Parlamentar do Senado foi instituída em 27 de março de 2021 e tinha como finalidade apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento à pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas, com a ausência de oxigênio para os pacientes internados. Também foram investigadas as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, valendo-se, para isso, de recursos originados da União Federal, bem como outras ações e omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do Coronavírus, limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à pandemia, e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios (SENADO FEDERAL, 2021).

<sup>8</sup> No dia 04 de agosto de 2021, o ministro do STF Alexandre de Moraes incluiu o ex-presidente Bolsonaro como investigado no inquérito que apura notícias falsas e ameaças aos ministros do STF (MARI, 2021). “Esse é o terceiro inquérito no Supremo que inclui o presidente. Na Corte, Bolsonaro já era investigado por suposta interferência política na Polícia Federal e por prevaricação no caso da aquisição de vacinas da Covaxin” (CASTRO, 2021).

<sup>9</sup> Cabe destacar que o levantamento realizado pela ONG Repórteres Sem Fronteiras (RSF) e divulgado em 27 de julho de 2021 apontou que “durante os primeiros seis meses de 2021, o número de ataques do chefe de Estado brasileiro contra a imprensa aumentou 74% em relação ao segundo semestre de 2020”, sendo as jornalistas mulheres os principais alvos.

apareceu como uma aproximação veloz a uma crise de hegemonia, ou seja, uma crise no seio do arranjo do bloco histórico dominante que engloba tanto as diversas frações da burguesia, como a sociedade política, o judiciário e os aparatos de dominação ideológica em face da sociedade civil, como apontou Gramsci (2007), o que se reflete nos mais de 100 pedidos de impeachment entregues à Câmara dos Deputados (Moisés, 2021), como também nas mobilizações populares crescentes contra o ex-presidente.

Esse cenário se acirrou, por um lado, pelas demonstrações cada vez mais explícitas de que o então governo poderia avançar numa sanha golpista junto às forças armadas<sup>10</sup> e, por outro, pela crescente insatisfação popular<sup>11</sup> fruto dos índices de desemprego, fome e da carestia relacionada a todos os serviços básicos responsáveis pela manutenção da vida, como aumento dos alimentos, do gás de cozinha, da gasolina e da energia elétrica. À vista disso, a luta por transferência de renda, embora não se inicie nos anos de pandemia, tornou-se uma demanda central para a população brasileira nesse período.

É nesse contexto - tanto de emergência sanitária, quanto de crise econômica e política -, que campanhas expressivas, como a “Renda Básica que Queremos” ganharam força. A campanha em questão é assinada por uma coalizão de movimentos sociais e organizações da sociedade civil, incluindo a Rede Brasileira de Renda Básica, Nossas, Coalizão Negra por Direitos, Instituto Ethos, INESC, dentre outros. Com identidades coletivas heterogêneas, mas com um interesse em comum, “a distribuição de renda urgente e necessária para todo povo brasileiro” (Renda Básica Que Queremos, 2020), essa coalizão logrou certo êxito na proposta da renda emergencial. A coalizão formada em torno da campanha ocorreu após o anúncio do governo federal de um *voucher* de R\$ 200 por família durante três meses. Considerando as medidas restritivas de circulação, o valor seria irrisório para manter as famílias protegidas e em casa.

---

<sup>10</sup> No dia 10 de agosto de 2021, mesmo dia em que a Câmara dos Deputados votou a PEC do voto impresso - em um momento de crise entre os três Poderes -, o ex-presidente Jair Bolsonaro acompanhou, junto a chefes militares, um desfile com veículos blindados das Forças Armadas na Esplanada dos Ministérios. Esse movimento foi lido como uma demonstração antidemocrática de força pelos diversos setores já citados (MORI; QUERO, 2021).

<sup>11</sup> Nesse sentido, podemos citar o aumento nos índices de reprovação popular do governo, que atingiu seu pior nível em julho de 2021, segundo pesquisa realizada pelo Datafolha (2021), além dos dias nacionais de luta contra Bolsonaro que foram responsáveis por operar manifestações com milhares de pessoas em todos os estados brasileiros, a exemplo das ocorridas em 29 de maio, 19 de junho, 03 de julho e 13 de julho de 2021.

A coalizão em torno da campanha “Renda Básica que Queremos” foi composta não apenas por grupos auto identificados como movimentos sociais, mas por organizações diversas da sociedade civil. A nossa hipótese é que o contexto político autoritário do governo de Jair Bolsonaro, bem como a profunda crise econômica e social do país, impulsionou movimentos sociais de origens e tradições diversificadas a se unirem em torno do combate à profunda injustiça social no país. A agenda da transferência de renda ganhou novos contornos, principalmente com a emergência da pandemia da Covid-19, na qual mais da metade da população brasileira passava por algum grau de insegurança alimentar, segundo o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (2021). O Inquérito, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN, 2021), apontava que naquele período “do total de 211,7 milhões de brasileiros(as), 116,8 milhões conviviam com algum grau de Insegurança Alimentar e, destes, 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente e 19 milhões de brasileiros(as) enfrentavam a fome” (FAO, 2021). Repetido em 2022, o Inquérito apontou que 33,1 milhões de brasileiros passam fome<sup>12</sup>.

Há de se destacar que, no contexto de pandemia, isolamento social e insegurança alimentar, a carga social sobre as mulheres foi especialmente mais pesada. Além de se verem como principais responsáveis pelas tarefas domésticas e pelo “cuidado” dos membros da família, são também, em grande medida, responsáveis pelo seu sustento, ganhando, em média, 25% a menos que os homens (Melo, 2020). Conforme destacam Wolff et al. (2020), essa é uma “questão que se amplia significativamente no caso das mulheres negras, que formam grande parte das trabalhadoras informais, em condições precárias de trabalho, sem acesso a registros, e que na pandemia têm perdido seus empregos”.

Ressalte-se que, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2018, mais de 45% dos lares brasileiros tinham mulheres como chefes de família, sendo que 63% das famílias comandadas por mulheres negras sem cônjuge e com filhos de até 14 anos vivia então com uma renda de R\$ 420/mês, situação essa que se agravou ainda mais

---

<sup>12</sup> 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, disponível em: <<https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>>. Acesso em: 04 de ago. de 2023.

com a pandemia. Pode-se mesmo afirmar que, nesse contexto, são as famílias chefiadas por mulheres, sobretudo as negras, que ficaram vulneráveis às misérias da pandemia, ficando necessitadas do auxílio emergencial.

Segundo Matos (2020), o “rosto feminino” da pandemia de Covid-19 também estava presente na linha de frente da área da saúde, constituída principalmente por mulheres, que correspondem a 90,39% das enfermeiras, e se tornaram também mais vulneráveis à contaminação pelo vírus. Somado a isso, havia ainda a sobrecarga no trabalho doméstico não remunerado, este especialmente amplificado com o *home office* e o fechamento de escolas. Potencializando ainda mais todas essas questões, as mulheres – principalmente negras – são as principais vítimas da violência doméstica e do feminicídio, que também aumentaram com a pandemia e o consequente isolamento social, de acordo com Costa (2020). Já dentre as trabalhadoras domésticas, outra categoria também profundamente afetada pela pandemia, as mulheres constituem 90%, sendo 60% delas negras (Freitas, 2020).

Como se verá adiante, porém, esses segmentos, as mulheres em especial, têm reagido a essa situação, participaram de mobilizações tanto comunitárias quanto de âmbito nacional, para garantir um auxílio emergencial e maior segurança alimentar.

Neste artigo, portanto, faremos um breve panorama sobre as ações de movimentos sociais durante a pandemia da Covid-19 nos anos de 2020 e 2021, com destaque para a atuação das mulheres nas movimentações em torno do auxílio emergencial e de combate à fome.

## **1. Metodologia**

Neste estudo, adotamos uma abordagem de pesquisa qualitativa com perspectiva feminista na tentativa de garantir uma apreensão mais completa e diversificada das vozes e pontos de vista das partes envolvidas. Em contraste com os métodos quantitativos, que geralmente se concentram em dados numéricos e estatísticas, a pesquisa qualitativa valoriza uma compreensão mais profunda e interpretativa dos significados, experiências e narrativas das pessoas envolvidas no contexto da nossa investigação. Essa abordagem metodológica nos permite não apenas responder ao "o quê" dos fenômenos que estamos examinando, mas também explorar o "porquê" e o "como", enriquecendo

significativamente nossa compreensão das dinâmicas subjacentes a esses processos, especialmente à luz das questões de gênero que são fundamentais para este estudo.

Além disso, é importante destacar que a pesquisa qualitativa tem a capacidade de desafiar a impessoalidade e os elementos de desigualdade frequentemente associados aos métodos convencionais das ciências sociais (Taylor, 1998, p. 358). Isso se alinha com a abordagem feminista que buscamos adotar, uma vez que a pesquisa feminista busca redesenhar a relação entre a pesquisadora e o objeto de estudo, aproximando-se de uma abordagem mais colaborativa e menos hierárquica. Valorizamos e incorporamos as diversas perspectivas trazidas pelas pessoas que participam da pesquisa, respeitando suas próprias referências e experiências. Isso representa um esforço para dismantelar as hierarquias e dinâmicas de poder inerentes a essa relação (Ballesteros, 2010; Oakley, 1981).

Conduzimos a pesquisa por meio da investigação qualitativa baseada em múltiplas fontes de dados. Entre as estratégias de coleta de dados realizamos, seguindo alguns critérios, o mapeamento de mobilizações em torno da renda básica emergencial durante a pandemia de Covid-19. Esse levantamento se deu através da busca em matérias jornalísticas publicadas entre março de 2020 (início dos casos de coronavírus no Brasil) até agosto de 2021. Foram utilizadas como bases de busca os sites dos jornais: *Folha de São Paulo*, *Estadão*, *Brasil 247*, *BBC News* e *Uol*, por meio das seguintes palavras-chave ou da combinação delas: auxílio emergencial; transferência de renda; movimentos sociais; renda básica; movimento feminista.

Além das matérias de jornais, levantamos como dados alguns documentos cuja forma e conteúdo promoveram maior compreensão sobre as ferramentas utilizadas pelos movimentos sociais, além de uma apreensão de quais foram as demandas pautadas por esses movimentos na luta pela renda emergencial, a exemplo das Notas Técnicas produzidas pela Rede Brasileira de Renda Básica, pela Campanha Renda Básica que Queremos, e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Por fim, a partir da necessidade de ouvir a posição e o percurso de algumas mulheres vinculadas aos movimentos sociais, escolhemos, entre as estratégias de investigação, o método de entrevista semiestruturada baseada na abordagem feminista de Ann Oakley (1981), em função de sua compatibilidade com a metodologia adotada e com as necessidades da pesquisa. Para a condução das entrevistas, todas elas conduzidas por

via remota em virtude da necessidade do distanciamento social à época, optamos por um pequeno roteiro aberto numa perspectiva que garantisse uma relação mais igual entre as partes (entrevistadas e entrevistadoras).

A escolha das cinco entrevistadas se deu por uma lógica amostral que contemplasse eixos distintos sobre os quais versamos nesse trabalho. Concordando com Creswell (2010, p. 217), entendemos o processo de análise na pesquisa qualitativa como “processo permanente envolvendo reflexão contínua sobre os dados, [...] ou seja, a análise de dados qualitativos é conduzida concomitantemente com a coleta dos dados, a realização de interpretações e a redação de relatórios”. À vista disso, ainda que o processo de coleta de dados realizado - como apontado acima - se distinga do processo de análise a ser descrito, destacamos que não houve uma separação temporal entre esses dois processos, os quais foram realizados simultaneamente.

A partir do mapeamento dos movimentos sociais, pudemos avaliar, pela frequência nas matérias e pela relação de impacto na formulação do auxílio emergencial, quais se sobressaíram e assumiram lugar de protagonistas não apenas na mobilização por transferência de renda, mas também nesse trabalho. Para os documentos escritos, destacamos a comparação que realizamos entre os documentos estatais e os documentos não governamentais sobre o tema, assinalando as informações que foram absorvidas pelo Estado e utilizadas durante a aplicação da lei do auxílio emergencial e aquelas que foram ignoradas. Já ao analisar as entrevistas, percebemos a grande quantidade de novas informações ou mesmo a citação de novos documentos sobre os quais deveríamos nos ater. Selecionamos para análise trechos das entrevistas que mais se aproximavam dos objetivos traçados e disponibilizamos alguns desses trechos neste trabalho.

## **2. Movimentos sociais pautando políticas públicas: a campanha “Renda Básica Que Queremos” e o Auxílio Emergencial**

As principais mobilizações em torno da transferência de renda no Brasil, no período da emergência sanitária da Covid-19, aconteceram com o objetivo de conquistar uma renda básica emergencial para a população, posteriormente chamada de Auxílio Emergencial pelo governo federal à época. Em uma nota técnica construída pela

campanha “Renda Básica que Queremos” em 23 de março de 2020 (Renda Básica Que Queremos, 2020), pouco depois da declaração da pandemia da Covid-19 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) - que ocorreu no dia 11 de março daquele mesmo ano (UNA-SUS, 2020) -, a campanha trouxe uma proposta que visava ampliar o alcance de uma renda básica emergencial com menos burocracia e o mais breve possível.

No Brasil governado por Jair Bolsonaro, onde não só as instituições políticas e democráticas eram ameaçadas constantemente como a própria noção de democracia também era colocada em xeque, a questão que se impõe quando analisamos a ação dos movimentos sociais nesse momento histórico e recente é: até que ponto a ação dos movimentos sociais era possível? E mais: quais estratégias foram eficazes para lograr êxito nas propostas e reivindicações?

Neste sentido, cabe observar que as ações da referida campanha provêm da formação de uma coalizão com um perfil bastante heterogêneo de composição, que não abriga apenas movimentos sociais, mas organizações da sociedade civil também muito diversas. Como exemplos da composição da coalizão que extrapola os movimentos sociais, trazemos, de forma aleatória, as seguintes instituições: *World Wide Fund for Nature* (WWF), organização não governamental (ONG) dedicada a questões ambientais; TETO, ONG que atua no combate à pobreza, principalmente através do recrutamento de voluntários/as para a construção de moradias emergenciais; Instituto Ethos, organização da sociedade civil de interesse público (Oscip), cuja missão é “mobilizar, sensibilizar e ajudar empresas a gerirem seus negócios de forma socialmente responsável” (ETHOS, 2021)<sup>13</sup>; NOSSAS, organização sem fins lucrativos que visa apoiar ativistas na luta por direitos e políticas públicas. Também participaram da campanha organizações sindicais como a Central Única de Trabalhadores (CUT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag).

As ações da campanha “Renda Básica que Queremos” ocorreram com densa mobilização popular, dentro das condições possíveis no momento inicial da crise sanitária em que as orientações dos órgãos nacionais e mundiais recomendavam que as pessoas realizassem o distanciamento social. Protestos foram presentes posteriormente, porém, no primeiro momento, a mobilização ocorreu através de assinaturas de petições *online* e

---

<sup>13</sup> Sobre o Instituto Ethos, disponível em: <<https://www.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/>>. Acesso em: 04 de ago de 2023.

presença da campanha na mídia em reportagens de jornais da mídia tradicional brasileira e de grande circulação nacional, como *Folha de São Paulo*, *Estadão* e *O Globo*<sup>14</sup>; também foram combinadas uma série de estratégias para que a renda emergencial fosse alcançada.

Nesta seção, analisaremos a campanha “Renda Básica que Queremos” como a maior mobilização em torno da transferência de renda ocorrida no Brasil entre 2020 e 2021, utilizando teorias dos movimentos sociais para analisar os fatos em tela. Seguindo as tipologias de movimentos sociais de Mario Diani e Ivano Bison (2010), entendemos que, ainda que não se trate de um único movimento social com forte identidade coletiva comum, trata-se da construção de uma profunda rede de mobilização engajada em um conflito político com oponentes claramente identificados. Para nós, a campanha “Renda Básica que Queremos” advém do conflito entre a proposta excludente do governo federal e as proposições mais democráticas dos movimentos sociais e das organizações que formam a coalizão, tendo em vista as necessidades de grande parte da população brasileira

Esse conflito se dá a partir da noção em comum entre as atrizes e os atores em questão de que a crise sanitária causada em primeira instância pela pandemia da Covid-19 precisava ser politizada, bem como a renda emergencial. Utilizaremos, portanto, a Teoria do Processo Político (TPP), bem como sua interpretação a partir da realidade brasileira, em especial a articulação da TPP para compreender a relação entre movimentos sociais e políticas públicas.

Assim, se faz importante uma definição de coalizão que permita entender os processos aqui dispostos, tendo em vista tal heterogeneidade da composição da campanha “Renda Básica que Queremos”. Seguindo Mario Diani (2003), Federico Rossi (2011) afirma que as coalizões políticas são:

Redes informais de diversos grupos e organizações em prol de um propósito, mas diferentemente dos movimentos sociais, estas não possuem uma identidade compartilhada que permita conectar eventos e atores em diversos momentos e lugares. Em outras palavras, não conformam um “nós”, mas um somatório de grupos aliados por um objetivo (Rossi, 2011, p. 265, tradução nossa).

---

<sup>14</sup> As reportagens podem ser conferidas nos seguintes links: Auxílio emergencial: 1,7 mil pessoas que tiveram benefício negado em 2020 ainda esperam análise, disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/auxilio-emergencial-17-mil-pessoas-que-tiveram-beneficio-negado-em-2020-ainda-esperam-analise-1-25003307>>. Acesso em: 04 de ago. de 2023. Governo barra novo cadastro para receber auxílio emergencial, disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,governo-barra-novo-cadastro-para-receber-auxilio-emergencial,70003638751>>. Acesso em: 04 de ago. de 2023. Pelo auxílio emergencial até o fim da pandemia, disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/desigualdades/2021/02/pelo-auxilio-emergencial-ate-o-fim-da-pandemia.shtml>>. Acesso em: 04 de ago. 2023.

As campanhas não correspondem a um evento único (Tilly, 2010), mas a uma correlação de estratégias para alcançar demandas e objetivos comuns aos movimentos, ou, como nesse caso, da coalizão. Charles Tilly (2010) informa que “uma campanha articula sempre pelo menos três elementos: um grupo de demandantes autodesignados, algum alvo (ou alguns alvos) de demanda, e algum tipo de público” (Tilly, 2010, p. 137).

Em relação ao auxílio emergencial de 2020/2021, é importante lembrar que o valor da proposta inicial foi reduzido por diversas vezes e a política foi interrompida em janeiro de 2021, sendo retomada apenas em abril do mesmo ano graças à pressão popular encabeçada por movimentos sociais. Nesse sentido, a pauta da renda emergencial como meio de proteção social às crises decorrentes da pandemia da Covid-19, e a ação de movimentos sociais na luta pela efetivação de tal política, remontam a discussões sobre a relação entre movimentos sociais e políticas públicas. Abers et al. (2018) salientam que os movimentos sociais não apenas pautam políticas públicas, como também se envolvem na elaboração destas.

É possível inferir que, no momento da emergência da pandemia, havia um amplo apoio popular pela renda básica emergencial, que já vigorava em países centrais no cenário internacional, gerando, portanto, uma estrutura de oportunidade política frente a um governo fechado para ações da sociedade civil e opositores. O conceito de “estrutura de oportunidade política” de Charles Tilly, na Teoria do Processo Político dos movimentos sociais, informa sobre as condições existentes para uma maior permeabilidade das reivindicações perante a coalizão política no poder (Alonso, 2009); essa permeabilidade, por sua vez, decorre também da “presença de aliados potenciais” (Kriesi, 1995 *apud* Alonso, 2009, p. 55).

Seguindo essa linha, é possível afirmar que o sentimento de solidariedade também influenciou na mobilização, no entanto, é importante observar que a solidariedade sozinha não gera ação (Alonso, 2009). Para a confluência de uma “estrutura de mobilização”, é necessária a reunião de “recursos formais, como organizações civis, e informais, como redes sociais, que favorecem a organização” (Alonso, 2009, p. 55). Abers et al. (2018), entretanto, apontam que as estruturas de oportunidades políticas não devem ser analisadas de forma estanque ou de modo que sejam condicionantes para ação dos movimentos sociais, pois suas ações são feitas de forma criativa, combinando uma série de repertórios

confrontacionais e de estratégias, visando à efetivação de suas propostas, projetos e modelos alternativos para realização de políticas, entre outros.

Na realidade, a aposta dos autores é de que as interações entre movimentos sociais e a formulação de políticas públicas ocorrem a partir de estruturas relacionais entre os movimentos, o regime político e os subsistemas de políticas públicas<sup>15</sup>. Os movimentos sociais interagem com essas estruturas no seu interior, ainda que majoritariamente em posição de desvantagem. Nessa perspectiva, há a agência dos atores e atrizes envolvidos nos processos, tanto dos movimentos quanto daqueles que ocupam o regime e os subsistemas de políticas públicas. Os movimentos sociais dispõem de uma série de repertórios confrontacionais para lidar com a variável posição desvantajosa que podem ocupar em relação aos subsistemas e ao regime.

A estratégia de ação dos movimentos depende muito do regime e da coalizão política que predomina nos cargos de decisão do Estado e dos subsistemas. Os subsistemas de políticas públicas, “composto pelos atores, interesses e arranjos institucionais que caracterizam determinado setor de política pública” (Abers et al., 2018, p. 23) são arenas de disputa onde os movimentos sociais tentam executar seu projeto político<sup>16</sup> através de modelos alternativos para resolução de problemas ou pela manutenção desses.

Em síntese, os movimentos sociais interagem não apenas com o regime, mas *no* regime; não apenas com os subsistemas, mas *nos* subsistemas (Abers et al., 2018). Não apenas reagem às oportunidades e obstáculos criados pelos regimes e subsistemas, mas agem criativamente, elaborando possibilidades para interagir com o Estado mediante seus repertórios.

### 3.1. Estratégias

Tendo em vista as ações dos movimentos em torno da campanha “Renda Básica que Queremos”, podemos destacar a realização de uma carta de apresentação a líderes

---

<sup>15</sup> Ao referir-nos aos subsistemas de políticas públicas, estamos ancorada na definição de Abers et al., que argumentam que "subsistemas" se referem às configurações de poder específicas em cada setor de política pública, conferindo aos movimentos sociais condições variadas de acesso a esses setores e influência sobre eles.

<sup>16</sup> Evelina Dagnino (2004) concebe projeto político como “conjunto de interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política de diferentes sujeitos” (DAGNINO, 2004, p. 98).

de bancadas na Câmara dos Deputados e senadores e a produção da nota técnica criada para destrinchar a viabilidade da proposta. Algumas alterações legislativas também foram sugeridas naquele momento, sendo estas:

1. A modificação da Lei Federal N° 10.836/2004, que institui o Bolsa Família, para que o programa possibilite a incorporação imediata de famílias acima do parâmetro de renda que o programa tem durante o período da pandemia para que se possa fazer uso da estrutura de pagamentos do programa. Também é preciso elevar o padrão dos pagamentos do Benefício para a Superação da Extrema Pobreza para os níveis de R\$300,00 por pessoa, hoje em R\$89,00, para permitir que os sistemas do agente pagador, a Caixa Econômica Federal, possam fazer uso de dispositivos já existentes no programa. É preciso modificar os dispositivos contidos nessa lei para impedir o desligamento de beneficiários e a não aplicação de condicionalidades na situação de calamidade pública.
2. Acrescer a Lei Federal N° 10.835/2004, que institui a Renda Básica de Cidadania, de dispositivos que permitam seu pagamento imediato, respeitando as determinações de incorporação das pessoas mais pobres prioritariamente, em situação de calamidade.
3. Flexibilizar as normas do Decreto N° 6.135 de 2007 para que o Cadastro Único possa contar com processamento simplificado e mecanismos de preenchimento e atualização remotos pelos próprios cidadãos para que possa ampliar o alcance da medida (Renda Básica Que Queremos, 2020, p. 12 - 13).

Em 26 de março de 2020, o presidente Jair Bolsonaro acordou o valor de R\$ 600 para o auxílio, o qual foi aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal (Andretta, 2020). No entanto, é importante destacar que esse valor do auxílio emergencial só foi conquistado com intensa pressão popular. Essa mobilização aconteceu não apenas nas organizações participantes da coalizão da presente campanha, mas conjuntamente com milhares de cidadãos que, por meio de um abaixo assinado, firmaram apoio, sendo 430 mil assinaturas conseguidas em somente 3 dias após a publicação da nota técnica<sup>17</sup>.

As mobilizações não acabaram com a conquista do auxílio emergencial de R\$ 600. Além de terem conseguido superar a proposta inicial do governo, os movimentos seguiram lutando. Em setembro do mesmo ano, para que o valor do auxílio não sofresse cortes, mobilizações em prol de que este continuasse inalterado até dezembro de 2020. “Durante 2 meses, foram quase 11 mil e-mails enviados para os deputados federais e mais

---

<sup>17</sup> Posteriormente, este número chegou a 547 mil (Renda Básica Que Queremos, 2020).



de 2.000 ligações para os líderes partidários” (Renda Básica Que Queremos, 2020, *online*<sup>18</sup>).

Em janeiro de 2021, o auxílio emergencial foi completamente interrompido, contudo, a pandemia continuava se intensificava devido à chamada segunda onda da Covid-19. Em fevereiro, os movimentos reiniciaram mobilizações em torno da campanha para pressionar deputados e senadores a fim de garantir o valor de R\$ 600 até que a pandemia terminasse, pois o cenário não havia melhorado para mais de 68 milhões de brasileiros/as que ainda necessitavam desse auxílio para sobreviver (Renda Básica Que Queremos, 2020).

Nesse momento, representantes dos movimentos foram à Brasília para entregar ao Senador Rodrigo Pacheco (PSD) - presidente do Congresso Nacional - uma petição que ultrapassou 65 mil assinaturas em favor da prorrogação do auxílio, além de participarem de reuniões com políticos, movimentos e representantes ministeriais. A partir daí, a campanha fomentou múltiplas ações nacionais, como um “ilustração” que contou com a participação de dezenas de ilustradores/as desenvolvendo artes sobre o auxílio emergencial, colagem de lambes em Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e Manaus, um “twittaço” que chegou aos tópicos mais comentados do país na rede social *Twitter* e contou com a adesão de grandes influenciadoras/es políticos do Brasil e, por último - mas não por fim -, também foi construída uma carta defendendo os R\$ 600 do auxílio, assinada por 16 governadores. Além disso, também foram realizadas articulações em mídias de diferentes locais do país, com o intuito de criar uma rede cada vez mais ampla e coordenada em defesa da continuidade do auxílio sem cortes.

Outro ponto de destaque foi o trabalho de assessoria de imprensa, com o objetivo de dar visibilidade a campanha. A comunicação, nesse sentido, aparece como parte fundamental para viabilizar as disputas discursivas visando o apoio popular. No relatório da campanha, destacam-se as produções de 21 releases, 17 artigos e três *lives* em canais de imprensa de esquerda como o Brasil 247 e o Brasil de Fato. Além disso, houve negociação com o Portal Catarinas para que uma das ativistas da campanha, Paola Carvalho, atuasse como colunista com artigos semanais com os temas do auxílio emergencial e da fome.

---

<sup>18</sup> Disponível em: <<https://www.rendabasica.org.br/>>.

Nessa mesma esteira de estratégias de comunicação, a assessoria realizou sugestões de pauta para imprensa, relacionando o tema com os “ganchos do momento, com base em estudos divulgados por outras organizações, especialmente dados sobre fome, uma vez que esse foi o grande tema abordado pela imprensa neste período” (Renda Básica Que Queremos, 2021). Ou seja, ainda podemos elencar que a fome foi um dos enquadramentos discursivos<sup>19</sup> escolhidos pelo movimento para pautar a importância do auxílio emergencial. Como resultado, o relatório da campanha aponta para 451 matérias jornalísticas publicadas, sendo incluídos nesta contagem 17 artigos publicados assinados pelos ativistas na mídia.

Além disso, cabe destacar que essa operação especializada se deu também pela realização de um *mailing* (lista de contatos) nacional, com mais de 5 mil destinatários. Através dessa lista foram realizados disparos dos releases e sugestões de pauta para jornalistas de todo país.

O sucesso dessas ações, ou seja, a conquista do Auxílio Emergencial, bem como sua retomada, tem a ver com a capacidade dos movimentos de gerarem comoção popular e solidariedade, conseguirem inserir a campanha na mídia e, assim, criar uma rede alternativa de pressão para a efetivação da política da renda emergencial. Substancialmente, podemos destacar também a abertura do Congresso Nacional para o diálogo com os idealizadores da campanha.

Desse modo, os movimentos se inserem no que Abers et al. (2018) chamam de subsistemas de políticas públicas. Os autores caracterizam os subsistemas “pelo conflito entre diferentes ideias, defendidas por diferentes coalizões, o que resulta em mudança ou ‘aprendizado’” (ABERS et al., 2018, p. 35). Seguindo Jenkins-Smith, St. Clair e Woods, os autores entendem os membros dos subsistemas como redes complexas, coalizões de defesa.

Membros de subsistemas incluem representantes de empresas, grupos de interesses, associações comerciais, órgãos do executivo e comissões legislativas, bem como autoridades eleitas, estudiosos e jornalistas que regularmente acompanham e buscam influenciar o curso de uma política pública de uma temática (Jenkins-Smith, St. Clair e Woods apud Abers et al., 2018, p. 35).

---

<sup>19</sup> "Enquadramentos discursivos" referem-se às estratégias de comunicação e discurso que moldam a maneira como uma questão, problema ou evento é percebido e compreendido pelo público. Esses enquadramentos envolvem a seleção de palavras, imagens, argumentos e narrativas específicas para influenciar a interpretação de um assunto, destacando certos aspectos enquanto minimizam outros (GITLIN, 1980).

Abers et al. (2018) fazem ressalvas a essa composição de atores, pois ignora a presença dos movimentos sociais no processo, como também o *Modelo de Coalizão de Defesa* “tende a presumir que coalizões naturalmente interligam atores que compartilham as mesmas crenças” (Abers et al., 2018, p. 35). No entanto, os autores defendem que essa abordagem dos subsistemas permite analisar “a (maior ou menor) heterogeneidade do Estado contemporâneo e [...] analisar distintas oportunidades e constrangimentos que essa heterogeneidade coloca para inserção e atuação dos movimentos sociais em diferentes subsistemas” (Abers et al., 2018, p. 35).

Observou-se, no governo Bolsonaro, o fechamento do canal de negociação entre movimentos e Estado, tornando esse processo de interação mais opaco (De Medeiros, 2020). No entanto, a campanha “Renda Básica que Queremos” conseguiu acessar as vias institucionais via Congresso Nacional. Nessa linha, outra proposição fruto do diálogo entre congressistas e ativistas da campanha foi o auxílio destinado às mães solo. Em contato com a bancada feminina no Congresso, a proposta foi em frente.

As estratégias apresentadas pela movimentação em torno da campanha “Renda Básica que Queremos” informam que a rede composta por atores e atrizes da sociedade civil foi um dos fatores mais importantes para o êxito do objetivo pela renda emergencial na pandemia. A campanha, que, como já mencionado, foi organizada em uma coalizão de movimentos sociais e organizações da sociedade civil, manteve diálogo com parlamentares, protestos diversos, além de interlocução com deputados e mandatários dos governos estaduais; há, assim, certa sofisticação nas estratégias de ação para a pressão e o alcance dos objetivos da campanha. O fato de se tratar de uma coalizão com mais de 300 organizações aponta para capilaridade nacional, redes sociais (o que implica relações com pessoas influentes do campo progressista), além da divulgação nas mídias tradicionais e realização de campanhas digitais na internet, em diferentes linguagens. Protestos de rua também foram realizados, assim como petições, sendo, enfim, possível observar uma grande combinação de estratégias que permitiram a continuidade desta.<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> Em 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que o governo federal realizasse a implementação do programa de Renda Básica de Cidadania (RBC)<sup>20</sup> para pessoas em situação de extrema pobreza e pobreza, isto é, aquelas com renda per capita abaixo de R\$ 89 e R\$ 178, respectivamente. O valor a ser pago não foi fixado, ficou a cargo do Poder Executivo adotar medidas que materializem a aplicação deste benefício (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2021).

### **3.2. A “Renda Básica Que Queremos” e as mobilizações pela implementação do Auxílio Emergencial**

Dentre os problemas apresentados sobre o auxílio emergencial, certamente um dos mais relevantes foi a sua implementação. Se inicialmente houve abertura para a proposta e uma recuada sobre o valor, o governo federal se empenhou em dificultar sua implementação, criando mecanismos excludentes para o acesso da população ao benefício. Importante lembrar que a proposta enviada pelos responsáveis pela campanha “Renda Básica que Queremos” também versava sobre os meios de identificação das pessoas e famílias que seriam beneficiárias dessa proposta<sup>21</sup>.

No momento inicial, além do governo restringir o acesso a trabalhadores/as autônomos a um valor de irrisórios R\$ 200, não havia um método de triagem de beneficiários. Caberia ao governo criar um mecanismo do zero, em detrimento de cadastros já existentes, como o Cadastro Único e o Número de Identificação Social (NIS) - o primeiro permitiria identificar famílias de baixa renda e o segundo, trabalhadores informais e desempregados.

A proposta da Renda Básica que Queremos ainda apontava que o processamento da base comum de identificação do contingente populacional necessitando de medidas de proteção social por meio da renda básica emergencial fosse realizado a partir do mecanismo do Cadastro Nacional de Informações Sociais, criado para apoio ao Programa do Bolsa Família, extinto pelo Governo Bolsonaro. O processamento adequado dessa base cadastral, segundo a nota técnica com a proposta de renda emergencial da “Renda Básica que Queremos”, significaria utilizar o sequenciamento do Programa de Integração Social (PIS), Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), Número de Registro do Trabalhador (NIT) e Número de Identificação Social (NIS) (Renda Básica Que Queremos, 2020).

O governo federal, no entanto, optou por um sistema de cruzamento de dados realizado pelo Dataprev, 24 bancos de dados se inter cruzando à disposição do Ministério da Cidadania, o que gerou lentidão nas análises, bem como problemas referentes a

---

<sup>21</sup> A proposta da Renda Básica que Queremos informava sobre cadastros já existentes, como o Cadastro Único, o NIS e o banco de dados de beneficiários do Bolsa Família.

atualização desses bancos de dados, acabando por excluir milhares de pessoas que precisavam da renda emergencial. Além disso, a questão da realização da política via sistema digital foi outro fator que dificultou o acesso de beneficiários/as. Também se insere nessa problemática a questão referente às brasileiras e os brasileiros sem vínculo bancário.

De fato, um dos principais problemas identificados tanto pela Nota Técnica nº 72 do IPEA de 2020, quanto pelo Relatório da campanha “Renda Básica que Queremos”, está relacionado às dificuldades de acesso a aplicativos digitais por grande parcela da população em condições de vulnerabilidade social. Esses problemas estão associados tanto aos aparelhos celulares quanto à conexão com a internet e estão relacionados com a “falta de familiaridade com este tipo de tecnologia ou por dificuldades de leitura e interpretação de texto, principalmente entre faixas etárias mais velhas” (IPEA, 2020); na Nota Técnica do IPEA, ainda são relacionadas dificuldades de cunho operacional vinculadas à regularização dos CPFs. À época, a Receita Federal realizou um mutirão de regularização do documento: foram processados 13,6 milhões de casos.

Ainda segundo informações da Nota Técnica nº 72 de maio de 2020 do IPEA<sup>22</sup>, o que ficou estabelecido é que a gestão do auxílio emergencial se daria por meio do Ministério da Cidadania de forma compartilhada com a Caixa Econômica Federal e a Dataprev - empresa de banco de dados responsável pela Base de Dados Sociais Brasileira. A Dataprev ficou responsável pela análise de elegibilidade dos beneficiários e pela geração da folha de pagamento; à Caixa Econômica Federal coube disponibilizar as plataformas de requerimento e pagamento.

A Nota ainda sinaliza que há dois problemas centrais na implementação do auxílio emergencial, dispostos “tanto a fase de avaliação da elegibilidade, quanto a de acesso ao benefício: uma de ordem tecnológica, outra de caráter operacional” (IPEA, 2020). Os obstáculos na implementação do auxílio emergencial também foram compilados no relatório da campanha “Renda Básica que Queremos”. Nesse relatório, há uma preocupação com a falta de transparência do governo federal sobre “as aprovações, reprovações e análises dos cadastros, as demoras em realizar as avaliações e a dificuldade

---

<sup>22</sup> Nota Técnica Número 72 - As Transferências Monetárias Federais de Caráter Assistencial em Resposta à Covid-19: Mudanças e Desafios de Implementação, disponível em: <[https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35621&Itemid=1](https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=35621&Itemid=1)>. Acesso em: 04 de ago. de 2023.

em fazer com que o benefício chegue até as famílias” (Renda Básica Que Queremos, 2021). Além disso, o relatório denuncia a falta de articulação com os estados e municípios, o que resultou na “ausência de esforços, em nível local, para busca ativa das pessoas mais vulneráveis nos municípios” (Renda Básica Que Queremos, 2021).

Nesse sentido, os ativistas da campanha “Renda Básica que Queremos” reuniram esforços para o acompanhamento da implementação, em articulação com órgãos públicos como Ministério Público Federal e Defensoria Pública. Uma das estratégias de ação executadas pelas pessoas envolvidas na campanha em combate à falta de assistência aos casos inconclusos ou recusados dos solicitantes do auxílio emergencial foi a realização de ações coletivas na Justiça. Alguns casos emblemáticos ocorreram, como aqueles referentes a pessoas vivas dadas como mortas pela base de dados do Dataprev (Bernardes, 2021)<sup>23</sup>.

Desse modo, é possível inferir que o governo federal da época, ao transferir os serviços de assistência social para o sistema bancário, impossibilitou ou dificultou o acesso à política justamente para aqueles mais vulnerabilizados tanto pela emergência sanitária, quanto pelas desigualdades econômicas, de raça e de gênero, principalmente tendo em vista os desmontes em políticas sociais de trabalho, emprego e renda.

### **3. “Cada uma tem seu corre”: articulações e enfrentamentos coletivos de mulheres de Salvador em contexto de isolamento social**

A fim de termos um contato mais direto com essas mobilizações e lutas em torno do auxílio emergencial e do combate à fome na pandemia da Covid-19, recorremos a conversas com algumas mulheres - atuantes em movimentos sociais ou não - que estiveram envolvidas com essas e outras ações durante os anos de 2020 e 2021. Para isso, realizamos entrevistas virtuais - considerando que o contexto pandêmico impediu o

---

<sup>23</sup> Pelo menos 1.033 pessoas foram dadas como mortas e perderam auxílio emergencial, disponível em: <<https://economia.ig.com.br/2021-09-08/auxilio-emergencial-mortos.html>>. Acesso em: 04 de ago. de 2023.

encontro presencial - com quatro mulheres de Salvador que lidaram diretamente as demandas aqui apresentadas.

A primeira entrevista foi realizada simultaneamente com Marta Leiro e Elba Lopes. Marta foi uma das fundadoras e atual coordenadora do Coletivo de Mulheres do Calafate (CMC), sediado na comunidade do Calafate, pertencente à localidade de Fazenda Grande do Retiro, grande bairro periférico e populoso da cidade de Salvador. O Coletivo, que tem em sua base a defesa dos Direitos Humanos e o empoderamento comunitário, possui como objetivos o combate às discriminações de gênero, raça, etnia, classe e sexualidade (FUNDO BRASIL). Na ativa há 29 anos, o CMC foi originado a partir de oito mulheres que decidiram começar a se organizar politicamente em 08 de outubro de 1992, cansadas dos frequentes casos de violência doméstica presentes na comunidade, como também com a situação de subordinação na qual as mulheres estavam submetidas (ODARA, 2017).

O Coletivo é composto, em sua maioria, por mulheres negras, "[...] aposentadas (ou beneficiadas pelo BPC), trabalhadoras domésticas, beneficiadas pelo Bolsa Família e outras no mercado informal (sem proteção social)" (ODARA, 2017). Esse é o perfil de Elba Lopes, amiga de vida e luta de Marta, ativista do CMC e beneficiária do Bolsa Família.

Para Marta, um dos momentos mais difíceis do início da pandemia foi o movimento "Fique em casa", que demandava o isolamento social da população para evitar a contaminação em massa pelo então desconhecido vírus. Considerando que um dos principais locais de trabalho de mulheres autônomas da periferia é a rua, não sair de suas casas, ao mesmo tempo em que era uma medida de segurança e prevenção, significava também não ter o sustento diário para si e sua família.

A partir de então, as mobilizações em torno do auxílio emergencial começaram a ganhar força, e Marta relata que, em interlocução com a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) - da qual o Coletivo de Mulheres do Calafate faz parte -, a orientação em voga era a de pressionar senadores e deputados para a efetivação da proposta do auxílio. A AMC também fez parte da campanha "Renda Básica que Queremos", sendo signatária e possuindo, assim, representação nesta, o que também constitui os processos de rede anteriormente analisados. Além deste estreito vínculo com a AMB, o Coletivo também se relaciona com outras organizações, como a Rede de Mulheres Negras na

Bahia, a Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, o Comitê Comunitário Virtual de Monitoramento do Coronavírus dos Bairros Populares de Salvador, o Levante Feminista Contra o Femicídio e a Delegacia Digital.

Apesar do medo - por si e pelos seus -, Marta e Elba relataram a necessidade de continuarem trabalhando nas ruas; no caso delas, com vendas. Nesse sentido, o fechamento das escolas, ainda que necessário como medida preventiva de segurança e saúde pública, foi um dificultador em outros aspectos devido à intensificação no cuidado com as crianças - este que em sua maior parte ainda recai sobre as mulheres da casa -, bem como a desocupação de muitas mulheres da comunidade cujo trabalho era o de fornecer merendas para as escolas, estas temporariamente fechadas. Essa situação, somada ao fato de que, segundo Marta, as mulheres em sua comunidade são, em grande maioria, as provedoras de seus lares, gerou uma crise social e econômica que potencializou a crise sanitária já em evidência. Como disse uma de nossas interlocutoras, “a maioria das mulheres, cada uma tem seu *corre*<sup>24</sup>”.

Mas... quem cuida da cuidadora? Esse foi um dos aspectos destacados por Elba ao mencionar o drama de mulheres da periferia chefes de família que se contaminaram com a Covid-19. Além da necessidade de se afastarem o máximo possível da convivência familiar - o que nem sempre era viável, tendo em vista que muitas famílias vivem em casas onde o distanciamento é impossível - ainda se deparavam com o drama de não serem fornecidas com o cuidado que demandavam nesse período de enfermidade.

Um dos pontos em questão nessa entrevista foram as ações de combate à fome que aconteceram antes e durante o auxílio emergencial do governo. É sabido que R\$ 600 é um valor insuficiente para a manutenção de uma casa, de uma família e das despesas diárias, considerando um contexto de alta da inflação, diminuição ou corte na renda e aumento nos custos com a alimentação - tendo em vista o maior número de pessoas e crianças em casa -, o auxílio não conseguiu suprir as necessidades de muitas famílias em situação de vulnerabilidade. A partir disso, ações emergenciais de combate à fome através da doação de alimentos e cestas básicas foram providenciadas para a sobrevivência de diversas famílias, o que também foi reiterado por nossa terceira entrevistada, Viviane Hermida. Viviane é doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos

---

<sup>24</sup> “Corre” é uma expressão baiana utilizada para se referir, informalmente, a algum tipo de ocupação rentável, geralmente relacionada a um trabalho informal e/ou autônomo, de caráter pontual/esporádico ou não.



Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA), mestra em Antropologia e psicóloga. Desde 2004 é assessora de projetos e formação da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), sendo responsável principalmente pelo acompanhamento a grupos de mulheres e movimentos feministas.

Há 50 anos a CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço atua na promoção, defesa e garantia de direitos em todo o país. É uma organização ecumênica composta por seis igrejas cristãs, fundada em 1973 para ser uma expressão do compromisso ecumênico em defesa dos direitos humanos. (CESE).<sup>25</sup>

Viviane é um exemplo de que é possível ser acadêmica e ter uma práxis consistente, desempenhando ações sociais significativas dentro e fora dos espaços universitários. No que tange as movimentações desde a pandemia, ela nos aponta que a linha de frente é composta por mulheres mesmo antes do coronavírus, e que, para além das funções também citadas por Marta e Elba no que concerne a liderança feminina nas tarefas domésticas e nas profissões do cuidado historicamente associadas às mulheres, estas também foram as responsáveis por mais uma dianteira: a da organização, mapeamento e distribuição de cestas básicas e em diversas campanhas de solidariedade.

Foi nessa conjuntura que muitos movimentos sociais, coletivos e sociedade civil não organizada se mobilizaram para suprir uma falta que o Estado ignorava. Viviane, ao falar sobre algumas das ações que organizou ou participou, relata a mudança de estratégia a que foram obrigadas a ter por conta da pandemia, necessitando muitas vezes priorizar mobilizações de cunho assistencialista, pois, segundo palavras suas, “o assistencialismo muitas vezes era a diferença entre a vida e a morte”.

Como mencionado pela entrevistada referindo-se a Salvador - mas podendo ser extrapolado para o âmbito nacional -, nesse contexto de pandemia da Covid-19 uma série de campanhas de solidariedade entraram em cena no país. Organizadas por instituições com parcerias diversas, tiveram como mote principal a arrecadação de alimentos na forma de cesta básica ou, por vezes, como *vouchers* ou *tickets* alimentação. Podemos aqui destacar as campanhas organizadas por meio de coalizões, como: Tem Gente Com

---

<sup>25</sup> Sobre a CESE, disponível em: <<https://www.cese.org.br/a-cese/quem-somos/>>. Acesso em: 04 de ago. de 2023.

Fome<sup>26</sup>; Mães da Favela<sup>27</sup>; e Movimento Panela Cheia<sup>28</sup>. O objetivo central dessas campanhas foi o de combate à fome, entretanto elas também têm em comum a forma de organização por meio de coalizões de movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

Nossa quarta entrevistada foi Rose Rozendo, que se descreve como palestrante, *coach* e apresentadora do canal no Youtube “O corre com Rose Rozendo”. Ela também já foi integrante do Coletivo de Mulheres do Calafate e, no momento, atua de forma autônoma como empreendedora, ajudando outras mulheres periféricas a atingirem sua autonomia financeira através do microempreendedorismo, em parceria também com a rádio “Na voz delas”, que a convidou para tocar este projeto.

Segundo Rose, mulheres microempreendedoras foram contempladas com o auxílio emergencial, em contrapartida, diversas organizações sociais não tiveram acesso a nenhuma política e algumas precisaram, inclusive, encerrar suas atividades. A entrevistada também reforçou o papel importante que tiveram as mobilizações no interior da sociedade civil auto-organizada, principalmente no sentido da arrecadação de alimentos, um ponto levantado por todas as mulheres com as quais conversamos.

Nas questões relativas à sua área de atuação, o empreendedorismo, Rose alerta para o fato de as mulheres empreendedoras não terem acesso a linhas de crédito no mercado, assim como outros recursos fundamentais. Por conta disso, esse empreendedorismo tem se limitado unicamente ao sustento da família, que ainda é repleto de dificuldades. A entrevistada avalia que houve um aumento nas tentativas das mulheres de se tornarem microempreendedoras mesmo a partir do auxílio emergencial, isto é,

---

<sup>26</sup> Lançada em 16 de março de 2021, a campanha Tem Gente Com Fome era composta pela Coalizão Negra Por Direitos em parceria com a Anistia Internacional, Oxfam Brasil, Redes da Maré, Ação Brasileira de Combate às Desigualdades, 342 Artes, Nossas - Rede de Ativismo, Instituto Ethos, Orgânico Solidário, Grupo Prerrogativas e Fundo Brasil. A partir de um mapeamento, a campanha catalogou cerca de 220 mil famílias brasileiras em situação de vulnerabilidade, e, por meio da arrecadação financeira, a campanha reverteu o arrecadado em alimentos e produtos de higiene, que tinha como objetivo apoiar famílias ribeirinhas, quilombolas e periféricas. É possível obter mais informações em: <<https://www.temgentecomfome.com.br/>>. Acesso em 04 de ago. de 2023.

<sup>27</sup> O Mães da Favela, que tem parceria com a Unesco, é um fundo de arrecadação realizado pela Central Única das Favelas (CUFA) para beneficiar mães moradoras de favelas em âmbito nacional. O programa beneficiou essas mulheres com R\$ 100 durante dois meses, além de realizar distribuições de cestas básicas. Mais informações disponíveis em: <<https://cufa.org.br/maes-da-favela/>>. Acesso em 04 de ago. de 2023.

<sup>28</sup> O Movimento Panela Cheia também foi organizado pela CUFA, Gerando Falcões e a Frente Nacional Antirracista. É um fundo de arrecadação para doações de cestas básicas nas periferias do Brasil, com organizações presentes em mais de 5.000 comunidades do país. As arrecadações são feitas via pix e é necessário escolher uma das instituições para doação.

muitas utilizaram este benefício como ponto de partida para embarcarem em uma nova carreira, dado o aumento do desemprego e cerceamento das possibilidades de trabalho no contexto limitado da pandemia. Nessa conjuntura, a empreendedora aponta que percebeu grande queda no setor de cosméticos e artesanato, e alta no setor de alimentos.

Dentre os problemas relatados por Rose, podemos destacar a evidência de considerável demanda por ajuda relacionada ao cadastramento e acesso ao auxílio emergencial, retrato da pouca aproximação das mulheres de periferia frente à tecnologia e o caráter excludente na implementação deste auxílio, o que foi também discutido no subtópico 3.2 deste trabalho.

Cabe problematizar ainda como o empreendedorismo e o microempreendedorismo se apresentam como sintoma de uma crise capitalista e neoliberal que retira formas de sobrevivência e modos de vida de uma enorme parcela da população já historicamente vulnerabilizada social, econômica e politicamente. O fenômeno tratado aqui, além de não dar conta de demandas mais profundas e quiçá estruturais, também pode atuar como reforço para a perspectiva individualista propagada pelo neoliberalismo, que imputa “soluções” individuais para demandas coletivas, eximindo, assim, o Estado de sua responsabilidade pela qualidade de vida e bem estar social de seus sujeitos. Além disso, também há incisiva noção de “fracasso” e “sucesso” imbuída no ideal empreendedor, na qual apenas poucas/os chegam ao resultado idealizado, este que, para acontecer, necessita não apenas de sorte, como também de uma série de estratégias e recursos que, em sua maioria, não estão disponíveis e nem são de fácil acesso para grande parte da população.

Como mencionado por Rose, devido a uma série de empecilhos, não só econômicos, mas também referentes à exclusão digital, muitas dessas mulheres que a procuraram não atingiram o retorno esperado e, quando não desistem da empreitada, conseguem apenas o básico para sustentarem suas necessidades mais urgentes.

#### **4. Conclusão**

Em maio de 2023, a OMS declarou que a Covid-19 não representa mais uma emergência de saúde global. Segundo o diretor-geral da OMS<sup>29</sup>, Tedros Adhanom, ainda

---

<sup>29</sup> Fim da pandemia da covid? Entenda decisão da OMS sobre emergência de saúde, disponível em: <<https://www.estadao.com.br/saude/fim-da-pandemia-da-covid-entenda-decisao-da-oms-sobre-emergencia-de-saude/>>. Acesso em: 04 de ago. de 2023.

que não tenha chegado ao fim, os riscos da Covid-19 são menores com o avanço da vacinação e o conseqüente aumento da imunidade da população mundial, diminuição da mortalidade e desobstrução do sistema de saúde.

Esse cenário é completamente diferente do momento de emergência da pandemia que tratamos neste artigo. Nesse sentido, a derrota de Jair Bolsonaro (PL) para Luís Inácio Lula da Silva (PT) nas eleições presidenciais de 2022 também contribuiu fundamentalmente para a mudança de contexto da política brasileira e das lutas sociais no país, em especial por transferência de renda. Mesmo com o estado constante de campanha eleitoral ao longo dos quatro anos de governo e o investimento pesado em políticas temporárias de transferência de renda com motivações eleitoreiras, Bolsonaro perdeu o maior posto do Executivo.

As políticas de transferência de renda foram centrais nas campanhas presidenciais das eleições de 2022. Ambos os candidatos que passaram para o segundo turno do pleito – Luís Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Messias Bolsonaro (PL) - apostaram em promessas apoiadas em tais políticas enquanto estratégia de campanha. Esse cenário se desenvolveu a partir em um jogo complexo da conjuntura brasileira, em que a preocupação do eleitorado, anteriormente voltada para as temáticas envolvendo corrupção, se volta para questões relacionadas à economia<sup>30</sup>, inflação, desemprego, educação e saúde.

Em 2020, a Rede PENSSAN (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar) lançou o relatório do *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil*<sup>31</sup>. Esse documento informa que mais da metade da população brasileira vivia sob algum nível de insegurança alimentar – os níveis da pesquisa apontam para três níveis: leve, moderado ou grave. A insegurança alimentar grave acometia 19 milhões de pessoas. A pesquisa repetida em 2022 se mostrou ainda mais preocupante: agora são 33,1 milhões<sup>32</sup> de pessoas em situação de insegurança alimentar grave, ou seja, passando fome.

---

<sup>30</sup> Quais são as principais preocupações dos eleitores nas eleições 2022?, disponível em: <<https://www.jota.info/eleicoes/qual-a-preocupacao-dos-eleitores-26082022>>. Acesso em 04 de ago. de 2023.

<sup>31</sup> Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19, resultados disponíveis em: <<https://olheparaafome.com.br/pesquisa2020/>>. Acesso em: 04 de ago. de 2023.

<sup>32</sup> 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, mais informações disponíveis em: <<https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>>. Acesso em 04 de ago. de 2023.

Observando esse cenário, não espanta que a transferência de renda tenha se tornado central para a população brasileira, a despeito das críticas e das tentativas de classificá-la como mero assistencialismo. Contudo, há um contexto de mudança na própria estrutura de oportunidade política para aqueles que demandam tal política pública. Essa janela de oportunidade tem a ver com uma miríade de complexidades do contexto nacional e, certamente, está atrelada ao histórico do país com uma série de políticas de transferência de renda, em que o Bolsa Família é o maior expoente.

Entretanto, também enxergamos que a urgência da renda emergencial em 2020 aprofundou o debate no país e possibilitou que os demandantes se tornassem importantes atores políticos, em especial em ano eleitoral. Assim, salta aos olhos que as campanhas que despontaram na frente colocaram as políticas de transferência de renda no centro. Importa também porque o então presidente, e candidato à reeleição, Jair Bolsonaro (PL), empenhou muitos esforços nesse sentido: o Bolsa Família foi destituído para que o ex-presidente pudesse ter um programa de transferência com uma assinatura própria, o Auxílio Brasil. O antigo governo também ofereceu auxílios para taxistas e caminhoneiros<sup>33</sup> em período de campanha eleitoral.

Não obstante, o governo eleito de Lula teve aprovada no Senado a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) da Transição. Essa PEC tem por objetivo garantir orçamento para a promessa de campanha de Lula de renda emergencial de R\$ 600 para pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza. Atualmente, o Bolsa Família e o desenho da política foram retomados, com valores atualizados. Não se trata mais de uma política pública bancarizada. A assistência social volta a administrar os programas de transferência de renda no Brasil.

Com a retomada do Bolsa Família pelo novo governo, o valor recebido pelas famílias cadastradas se equipara com antigo e breve Auxílio Brasil, de R\$ 600, com um adicional de R\$ 150 por criança de até 6 anos de idade; além deste, existem outros novos adicionais que aumentam o valor familiar recebido. O programa “constitui etapa do processo gradual e progressivo de universalização da renda básica de cidadania, tendo como objetivos combater a fome, reduzir a pobreza entre as gerações e aumentar a proteção social das famílias, com foco em crianças, adolescentes e jovens” (Agência

---

<sup>33</sup> Uso eleitoral de programa por Bolsonaro pode ter gerado prejuízo de R\$ 1,9 bi, disponível em: <<https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/governo-bolsonaro-pode-ter-pago-r-19-bi-indevidos-em-auxilios>>. Acesso em: 04 de ago. de 2023.

Senado, 2023). Assim como nos governos petistas anteriores, para ter acesso ao benefício, as famílias precisam continuar cumprindo algumas condicionalidades, como comprovar a frequência escolar das crianças e manter atualizadas as carteiras de vacinação de todo o grupo familiar, por exemplo, iniciativas que prezam pelo fortalecimento e interlocução com outros serviços (de saúde e educação) públicos.

A atuação e articulação dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada foi fundamental para que a proposta da renda emergencial lograsse êxito, mesmo frente a um regime cujo diálogo com movimentos sociais é quase inexistente. A opção de agir via Congresso Nacional da coalizão de organizações que compõem a “Renda Básica que Queremos” demonstra a decisão assertiva dos ativistas, pois a crise e as disputas existentes entre os poderes federativos favoreceram uma abertura política para suas demandas.

No entanto, cabe observar que, ainda que a renda emergencial tenha sido conquistada na forma do Auxílio Emergencial, também foram verificados os limites da ação dos movimentos sociais. A política desenhada pelo governo federal foi excludente. Os processos de digitalização e centralização da política a nível federal, desmobilizaram serviços e cadastros de assistência social em níveis estaduais e municipais, dificultando a implementação. Ou seja, houve um deslocamento do atendimento à população através dos serviços de assistência social já existentes no país para o sistema bancário. Essa situação não significa apenas um erro no desenho da política, mas a opção evidente de dificultar o acesso ao benefício, reforçando o caráter tecnocrata e desumanizado do governo federal de Bolsonaro, resultando em filas imensas nas agências bancárias da Caixa Econômica Federal nos momentos de pico da pandemia, em que se preconizava o distanciamento social.

Essa conjuntura crítica de aprofundamento e alargamento da vulnerabilização de parte significativa da população brasileira se somou à falta de ação do poder executivo e a sua blindagem à responsabilidade de promoção de políticas de combate às desigualdades. Em contradição com todas as suas ações, o Ex-Presidente da República reforçou que o auxílio emergencial foi criação do seu governo, omitindo as lutas dos movimentos sociais e da sociedade civil, bem como sua resistência em aprová-lo inicialmente, não fosse a pressão popular. Contudo, uma importante vitória foi alcançada com a decisão do STF de implementar, a partir de 2022, o pagamento do programa de

Renda Básica de Cidadania para as/os brasileiras/os em situação de extrema pobreza e pobreza. Mais uma vez, a crise entre os poderes representa uma oportunidade política para os movimentos sociais, tornando seus ganhos mais que residuais. O desafio certamente configura-se novamente no desenho da política e na implementação.

A tão mencionada diversidade de estratégias dos movimentos sociais não se configura apenas no âmbito da luta por política pública e na relação com o Estado. A demanda da transferência de renda é central e certamente é o Estado que possui os mecanismos para que os recursos cheguem aos lares de milhões de brasileiras e brasileiros expostos aos efeitos das crises que se apresentam no país. No entanto, nos parece sensível observar que ainda que o Auxílio Emergencial tenha ajudado e reduzido as desigualdades em níveis históricos<sup>34</sup>, principalmente quando o valor era de R\$ 600, o desemprego, a inflação e a fome permanecem sendo uma realidade. Dessa forma, muitas organizações sociais passaram a atuar a partir das campanhas de solidariedade, cujo objetivo principal era lidar imediatamente com a redução localizada da fome em alguns espaços.

Foi nesse cenário que pudemos identificar na cidade de Salvador, no estado da Bahia, ações e campanhas auto-organizadas de solidariedade e contra a fome, com destaque para o protagonismo feminino. Nesse sentido, todas as nossas interlocutoras informaram que realizaram, durante o período da pandemia, ações de solidariedade e enfrentamento à fome com doações de cestas básicas e kits de higiene.

Diante do exposto, concluímos que este artigo contribui para os estudos sobre os modos de ação coletiva no Brasil. Apresentamos as estratégias da campanha “Renda Básica que Queremos”, bem como o contexto em que se manifestou sua ação: uma conjuntura de crise que resultou em uma oportunidade política para que a pauta da transferência de renda adentrasse nos espaços de tomada de decisão, assim como no debate público. Ainda assim, observamos os limites da ação de movimentos sociais quando identificamos que o modelo da política desenhado pela campanha não foi realmente incorporado pelo Estado. Na realidade, a implementação se mostrou um grande entrave e barrou o acesso de pessoas necessitadas do benefício.

---

<sup>34</sup> Auxílio emergencial reduz pobreza e desigualdade cai a menor patamar da História, mas custo é insustentável, disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/auxilio-emergencial-reduz-pobreza-desigualdade-cai-menor-patamar-da-historia-mas-custo-insustentavel-24589106>>. Acesso em 04 de ago. de 2023.

A partir da realização de entrevistas com mulheres que ocupam espaços de atuação diversos, dedicamos parte desse capítulo para compreender algumas das estratégias costuradas pelos movimentos e pela sociedade civil “fora” do Estado, responsáveis por atenuar a fome que se abateu à vida de diversos setores da sociedade. Assim, esse trabalho ainda reflete sobre a atuação de mulheres enquanto protagonistas de zonas periféricas da cidade de Salvador e majoritariamente responsáveis pelo cuidado de suas famílias e da comunidade.

Nesse sentido, ainda que este trabalho contribua para investigação e análise sobre alguns aspectos do enfrentamento de movimentos sociais frente ao governo federal anterior, assim como suas ações - pontuais ou contínuas - dentro ou fora do âmbito estatal, apontamos a pertinência de pesquisas futuras que acompanhem os desdobramentos da pauta de transferência de renda no pós-pandemia e pós eleições presidenciais de 2022, em que o Bolsa Família é retomado, bem como o impacto do auxílio emergencial para uma possível potencialização ou estagnação das demandas acerca deste tema.

## Referências

ABERS, Rebecca Neara; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. **Movimentos Sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas**. São Paulo: Lua Nova, n. 105, 2018.

AGÊNCIA SENADO. Senado Federal. **Publicada MP com regras do novo Bolsa Família**. 2023. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/03/03/publicada-mp-com-regras-do-novo-bolsa-familia>>. Acesso em: 02 ago. 2023.

ALMEIDA, Paul. **Movimientos sociales: la estructura de la acción colectiva**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2020.

ANDRETTA, Filipe. Veja as datas para receber auxílio emergencial de R\$600, que vai até 29/5. **UOL**, 2020. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/04/07/auxilio-emergencial-informal-autonomo-mei-caixa-pagamentos-calendario.htm>>. Acesso em: 16 jul. 2021.

ALONSO, Ângela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. São Paulo: Lua Nova, n.76, 2009.

BARTHOLO, Letícia. PAIVA, Andrea Barreto de. NATALINO, Marco. LICIO, Elaine Cristina. PINHEIRO, Marina Brito. **Nota Técnica nº 72.** As transferências monetárias federais de caráter assistencial em resposta à Covid-19: mudanças e desafios de implementação. Brasília: IPEA, 2020.

BERNARDES, Sophia. Pelo menos 1.033 pessoas foram dadas como mortas e perderam auxílio emergencial. Agência O Globo, Brasil, 08 set. de 2021. Disponível em: <<https://economia.ig.com.br/2021-09-08/auxilio-emergencial-mortos.html>>. Acesso em: 28 ago. 2021.

BUTLER, Judith. Sobre a Covid-19: O capitalismo tem seus limites. 2020. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/20/judith-butler-sobre-o-covid-19-o-capitalismo-tem-seus-limites>>. Acesso em: 30/09/2023

CARVALHO, Paola. Renda Básica Emergencial em tempos de pandemia revela a necessidade de se ampliar o debate de uma economia justa e solidária. **Democracia e Direitos Fundamentais**, 2021. Disponível em: <<https://direitosfundamentais.org.br/renda-basica-emergencial-em-tempos-de-pandemia-revela-a-necessidade-de-se-ampliar-o-debate-de-uma-economia-justa-e-solidaria/>>. Acesso em: 16 jul. 2021.

CASTRO, Juliana. Inclusão de Bolsonaro no polêmico inquérito das fake news divide juristas. **Cable News Network Brasil**, 05 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2021/08/05/inclusao-de-bolsonaro-no-polemico-inquerito-das-fake-news-divide-juristas>> Acesso em: 12 ago. 2021.

CONECTA DIREITOS HUMANOS. Cerca de 3 Mil Entidades Repudiam Bolsonaro por Fala sobre Fim do Ativismo no Brasil. 2018. Disponível em: <<https://www.conectas.org/noticias/cerca-de-3-mil-entidades-repudiam-bolsonaro-por-fala-sobre-fim-do-ativismo-no-brasil/#:~:text=Cerca%20de%203%20mil%20organiza%C3%A7%C3%B5es,todos%20os%20ativismos%20no%20Brasil%E2%80%9D.>>> Acesso em: 01/09/2023.

COSTA, Patrícia. Violências contra mulheres em tempos de COVID-19. In: GROSSI, Miriam; TONIOL, Rodrigo (Orgs). **Cientistas Sociais e o Coronavírus**. São Paulo: Anpocs, 2020, p. 252 – 255.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. SAGE: São Paulo, 2010.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (Coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

DELGADO BALLESTEROS, Gabriela. Conocerte en la acción y el intercambio. La investigación: acción participativa. In: Blazquez Graf, Norma; Flores Palacios, Fátima; Ríos Everardo, Maribe. **Investigación Feminista: Epistemología, metodología y representaciones sociales**, p. 197-216, 2010.

DE MEDEIROS, Leonilde Servolo. Movimentos sociais no governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 490-521, 2020.

ROSSI, Frederico. Movimentos sociales. In: Luis Aznar y Miguel De Luca. **Política. Cuestiones y problemas**. Buenos Aires: Cengage Learning Argentina, 2010.

FREITAS, Viviane. As mulheres negras e a pandemia do coronavírus. In: GROSSI, Miriam; TONIOL, Rodrigo (Orgs). **Cientistas Sociais e o Coronavírus**. São Paulo: Anpocs, 2020. p. 274 – 279.

FUNDO BRASIL. **Coletivo de Mulheres Calafate**. Disponível em: <<https://www.fundobrasil.org.br/projeto/coletivo-de-mulheres-calafate-bahia/>>. Acesso em: 15 out. 2021.

GAMBINA, Julio. La pandemia del Covid-19 agrava la crisis capitalista. **Colección Pensar la Pandemia**, v. 27, 2020.

GITLIN, Todd. **The Whole World is Watching: Mass Media in the Making and Unmaking of the New Left**. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1980.

GRAGNANI, Juliana. Tensão nos três poderes: como funciona 'sistema de freios' entre Congresso, STF e Bolsonaro. **BBC NEWS BRASIL**, Londres, 17 jun. de 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53071440>>. Acesso em: 09 ago. 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 3ª ed. vol 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

GUILLÉN, Arturo. Coronavirus crisis or a new stage of the global crisis of capitalism?. Agrarian South: **Journal of Political Economy**, v. 9, n. 3, p. 356-367, 2020.

GULLINO, Daniel. Após reação do STF, Bolsonaro volta a atacar a Corte. **O Globo**, Brasília, 29 jul. de 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/apos-reacao-do-stf-bolsonaro-volta-atacar-corte-1-25131817>>. Acesso em: 09 ago. 2021.

LANDMAN, Maeve. Getting quality in qualitative research: A short introduction to feminist methodology and methods. **Proceedings of the Nutrition Society**, v. 65, n. 4, p. 429-433, 2006.

MARI, João de. Bolsonaro é incluído em inquérito das fake news do STF por atacar urnas eletrônicas. **Yahoo Notícias**, 04 ago. 2021 Disponível em: <[https://br.noticias.yahoo.com/bolsonaro-e-incluido-em-inquerito-das-fake-news-do-stf-por-atacar-urnas-eletronicas-205154914.html?soc\\_src=social-sh&soc\\_trk=ma](https://br.noticias.yahoo.com/bolsonaro-e-incluido-em-inquerito-das-fake-news-do-stf-por-atacar-urnas-eletronicas-205154914.html?soc_src=social-sh&soc_trk=ma)>. Acesso em: 12 ago. 2021.

MATOS, Marlise. Pandemia COVID-19 e as mulheres. In: GROSSI, Miriam; TONIOL, Rodrigo (Orgs). **Cientistas Sociais e o Coronavírus**. São Paulo: Anpocs, 2020, p. 256 – 258.

MOISÉS, José Álvaro. Crime de prevaricação dá força aos mais de 100 pedidos de impeachment contra Bolsonaro. **Jornal da USP**, São Paulo, 30 jul. 2021. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/radio-usp/crime-de-prevaricacao-da-forca-aos-mais-de-100-pedidos-de-impeachment-contrabolsonaro/>> Acesso em: 12 ago. 2021.

MORI, Letícia; QUERO, Caio. 'Ameaça de golpe', 'inócuo' e 'ridículo': o que dizem ex-ministros da Defesa sobre desfile de tanques com Bolsonaro. **BBC NEWS BRASIL**, São Paulo, 10 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58153012>>. Acesso em: 11 out de 2021.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em estudo**, v. 11, p. 647-654, 2006.

NOSSAS. **Renda Básica que Queremos!**. 2020. Página inicial. Disponível em: <<https://www.rendabasica.org.br/#block-14386>>. Acesso em: 16 jul. 2021.

ODARA, INSTITUTO DA MULHER NEGRA. **Coletivo de Mulheres do Calafate: 25 anos de resistência e luta pelos direitos das mulheres**. 2017. Disponível em: <<https://institutoodara.org.br/coletivo-de-mulheres-do-calafate-25-anos-de-resistencia-e-luta-pelos-direitos-das-mulheres-2/>>. Acesso em: 15 out. 2021.

OAKLEY, Ann. Gender, methodology and people's ways of knowing: Some problems with feminism and the paradigm debate in social science. **Sociology**, v. 32, n. 4, p. 707-731, 1998.

OLESEN, Virgínia L. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. In: DENZIN, Norman. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006

PLEYERS, Geoffrey. **Los movimientos sociales y la batalla por el significado de la crisis del coronavirus**. 2020. Disponível em: <[clacso.org/los-movimientos-sociales-y-la-batalla-por-el-significado-de-la-crisis-de-la-coronavirus/](http://clacso.org/los-movimientos-sociales-y-la-batalla-por-el-significado-de-la-crisis-de-la-coronavirus/)>. Acesso em: 03 ago. 2021.

RENDA BÁSICA QUE QUEREMOS. **Nota técnica da campanha Renda Básica que Queremos**: Proposta de Renda Básica Emergencial voltada aos mais desprotegidos durante a pandemia do Coronavírus. 2020. Disponível em: <[https://drive.google.com/file/d/1uhPZZjqdSlaPvR-H2kdl6XWVeLZD582\\_/view](https://drive.google.com/file/d/1uhPZZjqdSlaPvR-H2kdl6XWVeLZD582_/view)>. Acesso em: 16 jul. 2021.

REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS (RSF). **Imprensa brasileira, verdadeiro saco de pancadas da família Bolsonaro: uma tendência que se intensifica em 2021**. 2021. Disponível em: <<https://rsf.org/pt/relacoes/imprensa-brasileira-verdadeiro-saco-de-pancadas-da-familia-bolsonaro-uma-tendencia-que-se>> Acesso em: 11 out. 2021



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). STF determina que governo implemente o programa de renda básica de cidadania a partir de 2022. **STF**, 2021. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=464858&ori=1>>. Acesso em: 16 jul. 2021.

TAYLOR, Verta. Feminist methodology in social movements research. **Qualitative Sociology**, v. 21, n. 4, p. 357-379, 1998.

TILLY, Charles. **Movimentos sociais como política**. Brasília: Revista Brasileira de Ciência Política, n. 3, 2010.

UNA-SUS. Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus. **Ascom SE/UNA-SUS**, 2020. Disponível em: <<https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>>. Acesso em: 16 jul. 2021.

WOLFF, Cristina Scheibe; MINELLA, Luzinete Simões; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. Pandemia na necroeconomia neoliberal. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 2, 2020.